

Nº 66

Coleção

# TEXTOS ACADÊMICOS

Ano 2

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## A POPULAÇÃO RURAL DE SÃO RAFAEL E O PROJETO BAIXO-AÇU—RN

Maria Rosimar da Costa

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
Departamento de Geografia

Nº 62-A

ex.

b

RN

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

A POPULAÇÃO RURAL DE SÃO RAFAEL  
E O PROJETO BAIXO-AÇU

MARIA ROSIMAR DA COSTA

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA  
PROGRAMA DE ESTÍMULO AO TRABALHO INTELECTUAL  
NATAL, JANEIRO DE 1982

Dept°. História - NEH  
ACERVO BIBLIOGRÁFICO  
RIO GRANDE DO NORTE

PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA  
PROGRAMA DE ESTÍMULO AO TRABALHO INTELECTUAL  
COLEÇÃO TEXTOS ACADÊMICOS, 66

REITOR: Prof. Diógenes da Cunha Lima  
VICE-REITOR: Prof. Esequias Pegado Cortez Neto  
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO: Prof. Pedro Simões Neto  
COORDENADORES DO PROGRAMA: Heloísa Carmen Lordão Monteiro  
Maria Salete Pereira da Silva  
João Afonso do Amaral  
EQUIPE DE APOIO: Jacinta Leite de Oliveira  
Pedro Gutemberg Pinheiro de Souza  
Roberto Anderson da Silva  
José Tavares Filho

Costa, Maria Rosimar da.

A população rural de São Rafael e o projeto  
Baixo-Açu. Natal, PRAEU, 1982.

58f. il.

Monografia (bacharelado) Univ. Fed. Rio Gran  
de do Norte.

1. Geografia rural - São Rafael (município)-  
Monografias. 2. População rural - São Rafael  
(município) - Monografias. I. Título.

CDU 911.3:312.92(813.22SR)(043.3)

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte mantém um programa de estímulo ao trabalho intelectual que nasceu da necessidade de valorizar e difundir a produção intelectual acadêmica. Consiste, basicamente, na reunião de todas as dissertações, teses e monografias elaboradas por Professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, num espaço físico a que denominamos "Banco de Estudos Universitários" e que serve como fonte de consulta à toda comunidade acadêmica.

A partir da classificação desses trabalhos, uma comissão composta por membros do Conselho Editorial e representantes dos departamentos acadêmicos, seleciona obras representativas de suas áreas, para publicação.

O programa prevê a edição de duas coleções: Estudos Universitários, com livros impressos em off-set pela Editora Universitária e Textos Acadêmicos, reproduzidos pelo sistema de mimeógrafo, pelo grupo técnico da coordenação do programa, na sede da Pró-Reitoria para Assuntos de Extensão Universitária.

A UFRN pretende editar cerca de 400 títulos através das duas coleções, ao mesmo tempo em que publica um Catálogo Geral, demonstrativo de todo o esforço intelectual da comunidade universitária norte-rio-grandense.

É um programa ambicioso, mas simples e concreto como a vontade de fazer. Na medida em que estabelece um volume quantitativamente ousado de títulos para publicação, adota uma de finição técnica no mínimo humilde para realizá-lo: a opção do mimeógrafo para a maioria das edições.

Há de ser reconhecido que a produção intelectual das Universidades tem sido dirigida para objetivos que escapam à produção ou transmissão de conhecimentos: promove currículos acadêmicos, ou é confinada em prateleiras. Em ambas as hipóteses, o ineditismo dos trabalhos conspira contra os seus verdadeiros desígnios.

Nosso programa atende ao objetivo maior de difundir o conhecimento assimilado ou produzido pela Universidade, revalorizando o esforço intelectual dos professores ao mesmo tempo em que estimula a sua aplicação. E nenhuma outra pretensão nos orienta.

Diógenes da Cunha Lima

Reitor

Para

SEVERINA HERMELINDA DA COSTA, minha mãe

e LINDOMAR CABRAL DA COSTA, meu primo.

## AGRADECIMENTOS

À profa. *Maria de Lourdes Rodrigues*, orientadora deste trabalho monográfico, pela permanente dedicação e segura contribuição teórica.

Ao Vice-Prefeito de São Rafael, Sr. *Jaime Cortez*, pela acolhida e valiosa colaboração para realização da pesquisa de campo.

Ao prof. *Sérgio Santiago*, pelas excelentes sugestões e revisão deste trabalho.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a elaboração desta monografia.

## S U M Á R I O

	Página
1 - <u>INTRODUÇÃO</u> .....	07
1.1 - <u>CONSIDERAÇÕES GERAIS</u> .....	07
1.2 - <u>ÁREA DE ESTUDO</u> .....	11
1.3 - <u>ESTRUTURA DO TRABALHO</u> .....	12
2 - <u>METODOLOGIA</u> .....	13
2.1 - <u>BASES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS</u> ....	13
2.2 - <u>INDAGAÇÕES BÁSICAS</u> .....	17
2.2.1 - <u>Hipóteses</u> .....	18
2.3 - <u>MATERIAL EMPÍRICO</u> .....	18
2.3.1 - <u>Universo da pesquisa</u> .....	18
2.3.2 - <u>Natureza e fonte de dados</u> ....	19
3 - <u>ANÁLISE DOS RESULTADOS</u> .....	23
3.1 - <u>A POPULAÇÃO RURAL DE SÃO RAFAEL</u> .....	23
3.1.1 - <u>Características dos moradores</u> .....	23
3.1.2 - <u>Grau de satisfação quanto ao local de moradia</u> .....	27
3.1.3 - <u>Expectativa face à mudança</u> .....	32
3.2 - <u>POPULAÇÃO RURAL DESLOCADA PARA A SERRA DO MEL</u> .....	35
3.2.1 - <u>Características da população</u> .....	35
3.2.2 - <u>Condições de infra-estrutura oferecidas à população pelo Projeto</u> .....	37
3.2.3 - <u>Situação atual comparada com a de São Rafael</u> .....	41

	Página
4 - <u>CONCLUSÃO</u> .....	46
5 - <u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u> .....	49
ANEXO I .....	51
ANEXO II .....	55

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

A partir de 1940 o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, começou o levantamento a geológico das terras do Baixo-Açu Estado do RN, iniciando dessa feita, os estudos primários que deram origem ao atual e discutido Projeto - a Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, também chamado de Projeto Baixo-Açu. Contudo, somente em 1972, quando se realizou o estudo da viabilidade técnico-econômico do referido Projeto, é que ficou decidida a elaboração dos projetos executivos desta Barragem. Assumindo um caráter irreversível foi definida como área de influência do Projeto, o conjunto de municípios a serem direta ou indiretamente afetados pela implantação das obras. No primeiro caso, incluem-se os municípios de São Rafael, Jucurutu, Açu, Ipanguaçu e Carnaubais, onde ficarão localizadas as obras. Os outros, Santana do Matos, Parau, Augusto Severo, Afonso Bezerra, Pendências e Alto do Rodrigues, ainda que não sejam diretamente afetados, serão fortemente influenciados pelas obras, em virtude de sua proximidade. (Mapa 1).

Esse Projeto, tem como objetivos básicos "Combater as calamidades das secas, com o represamento de 2,4 bilhões de m<sup>3</sup> de água. Assegurar o controle das inundações na região, evitando-se os prejuízos. Ampliar as possibilidades de exploração, para um maior aproveitamento

mento das potencialidades do vale" (Projeto Baixo-Açu, 1979).

Segundo o governo, as principais razões que levaram à implantação do Projeto, foram os constantes problemas provocados pelas enchentes, o sofrimento geral da população, ocasionado pelas secas, como também, a pequena produção agrícola, comparada a sua capacidade produtiva, apesar da fertilidade do vale (considerado o vale seco mais fértil do Rio Grande do Norte e Nordeste).

O Projeto considera que a população rural das áreas diretamente afetadas, ou seja, aquelas correspondentes à bacia hidráulica do reservatório e ao perímetro de irrigação, terá inevitavelmente que se deslocar. Seja para o Projeto de Colonização da própria Barragem ou para outras áreas, uma vez que este Projeto não terá condições de absorver todas as famílias atingidas.

Tendo em vista esta necessidade de reassentar várias famílias (não absorvidas pelo Projeto), foi realizado pelos técnicos do Projeto, uma pré-seleção das aptas ao reassentamento, resultando dessa análise a escolha do Projeto Serra do Mel, "por apresentar uma infra-estrutura capaz de receber um contingente de 676 famílias em lotes rurais de 50ha, cada um, com 15 ha de caqueiro em produção e mais 10 ha desmatados para a exploração pecuária e de culturas de subsistência". Ainda, segundo o Projeto, a utilização desses lotes vagos tornaria bem menos dispendioso o processo de relocação da popula

ção, e ao mesmo tempo contribuiria para a aceleração do mesmo.

Ao tomar conhecimento da implantação do Projeto Baixo-Açu e de suas possíveis conseqüências, sobretudo no município de São Rafael, o único que será totalmente inundado, manifestou-se o interesse em conhecer a área. Foram feitas, então visitas com a finalidade de observar e sentir "in loco" os problemas do município e partir para o desenvolvimento de um estudo visando a elaboração de uma monografia.

O Decreto de Desapropriação que foi publicado a 30 de julho/75, no Diário da União, não estabeleceu o prazo para o pagamento das indenizações, como também não foi esclarecido o critério de avaliação das mesmas. O que se pode constatar é que a população continua apreensiva, temerosa e angustiada diante da ausência de informações. Não são asseguradas, portanto, medidas para minimizar os problemas, tendo em vista a mudança compulsória e a mão-de-obra desmobilizada. Não há um esclarecimento real quanto às oportunidades de trabalho e às futuras condições de vida. Em resumo, há um descontentamento geral pelo caráter arbitrário das decisões, tomadas sem a preocupação de antes consultar a comunidade.

Deve ser ressaltado ainda o fato de que a maioria dos agricultores é de proprietários minifundistas, com propriedades inferiores a um módulo (50 ha). U

ma outra parcela bastante significativa é ocupante: parceiros, meeiros, arrendatários e diaristas. Estes serão os mais duramente afetados com o Projeto, uma vez que não terão nenhuma indenização.

Tomando por base o que foi visto por meios de observações empíricas e de pronunciamento dos próprios habitantes, constatou-se ainda que a população mais afetada foi a da zona rural, tanto a já deslocada para a Serra do Mel, como a que ainda permanece na área (São Rafael). Ambas atravessam uma fase de insegurança em relação ao processo de deslocamento pelo Projeto. Não está havendo por parte dos Órgãos competentes, segundo informações "in loco", uma preocupação em definir e esclarecer de maneira correta a nova condição de vida desta população.

Diante dessa problemática, tentar-se-á fazer um estudo da população rural acerca destas duas áreas - a zona rural do município de São Rafael e a Serra do Mel - tendo em vista os seguintes objetivos:

- a) Verificar as condições de infra-estrutura oferecidas pelo Projeto à população deslocada para a Serra do Mel.
- b) Identificar as condições da população que ainda não foi deslocada pelo Projeto.
- c) Verificar as razões por que parte da população ainda permanece na área.

## 1.2 - ÁREA DE ESTUDO

Estabeleceu-se como área global de estudo o município de São Rafael, localizado na zona fisiográfica centro-norte do Estado. (Mapa 2). A sede dista em linha reta 191 Km da capital do Estado, na direção de 39° 46' 5.0., à margem direita do Rio Piranhas. Suas coordenadas geográficas correspondem a 5948' latitude sul e 36956' de longitude oeste.

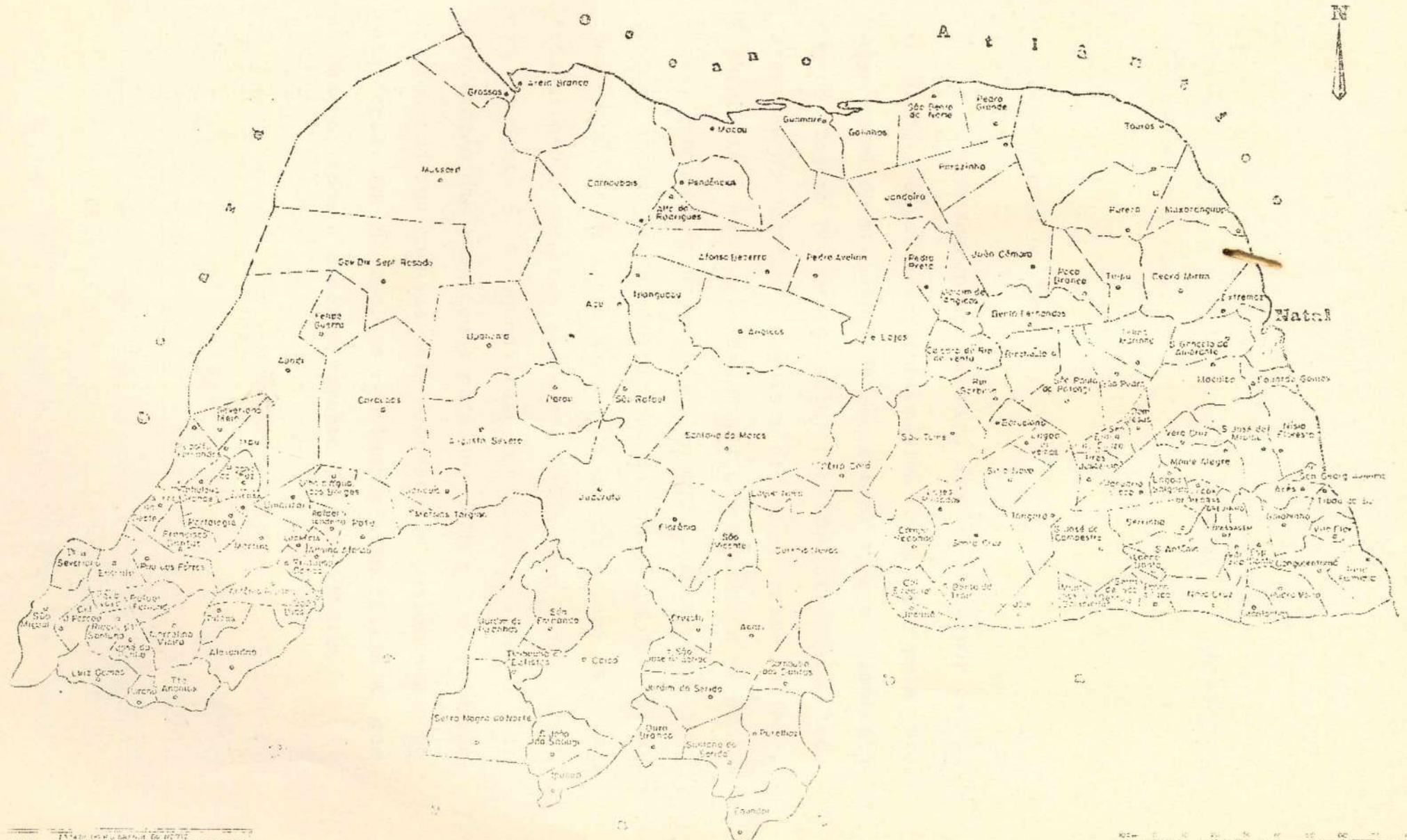
Pertence à Micro região do Açu e Apodi, situada no oeste do Estado, compreendendo parte da chapada do Apodi. A atividade agropastoril é a base da economia.

Este município foi criado em 23/12/48 (desmembrado de Santana do Matos), com uma área de 443 Km<sup>2</sup>, e possui hoje uma densidade demográfica de 16,32h/Km<sup>2</sup>. Sua população atual é de 7.231 habitantes, sendo que 4.234 ocupa a zona rural.

Parte da população rural de São Rafael remanejada este ano para o Projeto da Serra do Mel, local que abrange terras dos municípios de Açu, Ipanguaçu, Caraubais e Mossoró, foi alocada pelo DNOCS em três agrovilas do referido Projeto, denominadas Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro (Mapa 03).

Considera-se, portanto, como área específica de estudo a zona rural de São Rafael e as agrovilas

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE  
1956

0 20 40 60 80 100  
Kilômetros  
0 20 40 60 80 100  
Milhas  
ESTADO GRÁFICO

destacadas para a nova moradia da população transferida daquela zona rural.

### 1.3 - ESTRUTURA DO TRABALHO

Buscando uma maneira simples de expor de modo gradativo parte da problemática enfrentada pela população rural do município de São Rafael após a implantação do Projeto Baixo-Açu, este trabalho comportará três fases que obedecerão à seguinte ordem: a primeira fase, é referente à exposição das bases conceituais e metodológicas, tendo aí como destaque, enfoques dados por estudos, acerca da concentração e do monopólio das terras, como também da migração maciça do camponês para os centros urbanos, perdendo assim seu único meio de produção - a terra -. A segunda fase consta da análise e interpretação dos resultados para uma melhor compreensão da problemática causada pelo processo de deslocamento populacional. Por último, as conclusões primordiais a que se chegou, após o desenvolvimento deste trabalho.

## 2 - METODOLOGIA

### 2.1 - BASES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS

Considerando os objetivos desta monografia estarem centrados na preocupação de verificar os possíveis problemas causados à população rural de São Rafael após a implantação do Projeto Baixo-Açu, procurou-se selecionar vários trabalhos desenvolvidos por pesquisadores empenhados com a problemática latifundiária. Dessa maneira pode-se destacar um referencial básico para nortear o desenvolvimento da pesquisa em questão.

Ultimamente tem se falado muito acerca de uma nova política de expansão de fronteira agrícola, apontada como solução para o problema da concentração das terras, do monopólio da terra que tem suas raízes fincadas "aos tempos coloniais, com a divisão do Brasil em capitânicas hereditárias e subsequente concessão das sesmarias, as quais deram origem aos latifúndios atuais" (FACÓ, 1978).

Na realidade não existe nada de novo nessa política, pois a fronteira agrícola continua se alastrando e provocando o afastamento de milhares de pequenos proprietários, posseiros, parceiros e arrendatários, de suas terras ocasionando a migração em massa, por circunstâncias óbvias, para os centros urbanos à procura de uma outra maneira, nem sempre satisfatória, de manuseio

tenção da própria subsistência. Assim essa nova política, ao invés de melhorar o secular problema de concentração das terras, do imobilismo da situação judiciária e fuga do homem, tem dado continuidade ao êxodo rural. Como bem observa Graziano, essa política pró solução do monopólio territorial tem funcionado apenas como um modo de intensivar o processo de urbanizaçã, haja vista que a migração do campo para a cidade agilizou-se rapidamente nos últimos anos. Isto porque a medida que as terras vão caindo "nas mãos de uns poucos grandes proprietários, a consequência é que os pequenos proprietários são transformados num grupo de homens que ganham o sustento trabalhando para outros... Cidades e indústrias aumentam, porque mais pessoas irão à procura delas em busca de lugares e empregos... No todo, as circunstâncias das classes baixas são modificadas, para pior, sob quase todos os aspectos. De pequenos ocupantes da terra são reduzidos a condição de trabalhadores diaristas e assalariados" (HUBERMAN, 1977).

Esta é realmente uma descrição fiel da situação em que vivem os pequenos proprietários, arrendatários e posseiros de todas as áreas desapropriadas do país, e que além de se tornarem assalariados são transformados, compulsoriamente, em mão de obra barata, pois privados dos seus meios de produção - a terra -, eles não têm outra opção senão vender a sua própria capacidade de trabalho e a sua força de produção por salários irrisórios, já

que não têm uma especialização profissional.

Os polêmicos projetos de colonização no Brasil são, invariavelmente, apresentados como alternativas políticas (quando deveriam ser executados visando o bem estar social) para uma reforma agrária que pretendesse transformar a estrutura da propriedade da terra. Contudo, a prática dos mesmos tem nos mostrado que estes agravam as tensões sociais, os conflitos potenciais, as pressões políticas e as econômicas, e o que se pretende apresentar como um "novo Eldorado", como é o caso da fronteira agrícola, não passa de uma região tumultuada e geradora de inúmeras tragédias sociais pela posse da terra (GRAZIANO DA SILVA, 1980).

Estes incidentes ocorrem justamente por causa da maneira arbitrária e anti-democrática com que estes projetos são impostos à população e também pelo fato de que falta aos mesmos o estabelecimento indispensável da metodologia de planejamento, pois, segundo ANDRADE, baseado nos estudos de Phillippe Lamour, é preciso "que todos os trabalhos partam do estabelecimento de um diagnóstico". Porque simplesmente implantar um projeto na tentativa de solucionar os problemas geo-sócio-econômicos ao invés de resolvê-los agrava-os-á ainda mais, provocando inúmeros distúrbios e tensões sociais. É imprescindível, portanto, que se conheça profundamente, através de estudos minuciosos e a longo prazo, tanto esses problemas como os inúmeros fatores que os provocam.

Outro aspecto considerado essencial, continua ANDRADE, é o esclarecimento e motivação da população atingida, através de extensos programas de conscientização para que desta feita, ela compreenda a importância de tal empreendimento e possa consentir a sua execução, ao invés de ser praticamente obrigada a resignar-se aceitando uma coisa que nem sempre sequer entende. Deste modo, necessário se faz que o povo participe dos trabalhos que não pode acontecer sem que antes seja elaborada e posta em prática uma intensa campanha de educação popular para que a população se informe e se engaje ao projeto com pleno conhecimento de causa e efeito (Ibid).

Educar é a única maneira de se chegar a um consenso justo, evitando assim que um lado saia lucrando em detrimento da miséria sócio-econômica do outro - do mais fraco, há que essa classe explorada tornou-se uma espécie de hierarquia da pobreza.

Há por trás de toda essa problemática agrária, uma engrenagem impulsionadora, proveniente do sistema capitalista que é orientado no sentido de favorecer aos grandes latifundiários em represália aos pequenos produtores. GRAZIANO DA SILVA é bem claro a esse respeito. Segundo ele, "o sistema acumula riqueza de um lado e miséria do outro". E conclui enfático: "Hoje está claro que o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, como em todas as partes, criou riqueza em poucas mãos e miséria generalizada" no tocante ao restante da

população.

Deste modo, os ricos continuam cada vez mais ricos às custas dos menos favorecidos, já que os grandes produtores que são os verdadeiros detentores do poder aquisitivo, vão gradativamente se apoderando das pequenas e médias propriedades.

## 2.2 - INDAGAÇÕES BÁSICAS

Dando prosseguimento ao encaideamento lógico do trabalho, foram levantadas as seguintes questões abaixo, referentes às condições oferecidas à população rural de São Rafael, face ao Projeto Baixo-Açu, tanto a já deslocada para a Serra do Mel, quanto a que ainda permanece na área:

- a) A infra-estrutura oferecida à população deslocada para a Serra do Mel garante a sua permanência na área?
- b) A população, ainda não deslocada, vem conseguindo manter a sua sobrevivência?
- c) A população que ainda permanece na área já tem destino definido para a sua moradia?

### 2.2.1 - Hipóteses

Para responder às questões formuladas acima, foram elaboradas duas hipóteses que melhor se coadunam com a referida problemática vivida pelo contingente humano de São Rafael e da Serra do Mel, atingindo pelo referido Projeto.

- a) A situação da população rural que na área é de expectativa, intranquilidade e indecisão.
- b) A população deslocada para a Serra do Mel vem tendo dificuldades de permanecer na área.

## 2.3 - MATERIAL EMPÍRICO

### 2.3.1 - Universo da pesquisa

A área estudada abrange a zona rural de São Rafael, composta por 611 famílias que hoje se encontram divididas entre esta área e a Serra do Mel, e formam o universo desta pesquisa. Sendo que 60 dessas famílias foram tomadas como amostra representativa, porém, como parte destas famílias se deslocaram para as agrovilas da Serra do Mel, tornou-se evidente a necessidade de dividir essa amostra em duas partes iguais. Ficando assim 30 destas

famílias em São Rafael e 30 na Serra do Mel.

### 2.3.2 - Natureza e fonte de dados

O material para a elaboração deste trabalho, originou-se de dados colhidos, através da pesquisa, tanto nas fontes primárias - coletas "in loco", - quanto por intermédio de documentos fornecidos pe los Órgãos Oficiais. Deu-se maior ênfase às fontes de caráter primário, porque entende-se que as mesmas contêm a essência da realidade básica sobre a qual este trabalho encontra-se fundamentado.

#### a) Pesquisa de campo

Como esta pesquisa foi realizada em duas áreas diferentes e relativamente distantes uma da outra, e para que seus objetivos fossem alcançados, foram realizadas quatro viagens aos locais de estudo, sendo três a São Rafael e uma ã Serra do Mel. As duas primeiras com a finalidade de reconhecer a área e de obter informações através de contatos diretos com a população. A terceira visita a São Rafael, constou da aplicação dos questionários (aneso 1), ordenados de maneira a responder às indagações referentes a:

- Características da população: origem, fluxo migratório, ocupação na proprieda

de, grau de instrução, componentes da família, condição de trabalho e estudo dos filhos.

- Grau de satisfação com o local de moradia: como se vive no local, dificuldades especificando as razões.

- Expectativa face à mudança: conhecimento das obras realizadas na área, como também de outros projetos de colonização e irrigação, locais de preferência face à mudança, possibilidade futuras, motivos que levam a permanecer na área.

Dada a dificuldade de acesso à Serra do Mel, só foi possível uma viagem diretamente ao local considerado como parte da área específica desta pesquisa. Vale ressaltar, entretanto, que foi de grande valia a experiência adquirida antes com a participação em uma pesquisa sobre o Projeto da Serra do Mel, desenvolvida por uma equipe de professores do Departamento de Geografia da UFRN. Esse estudo permitiu que se participasse dos levantamentos dos dados nas cinco primeiras Agrovilas habitadas pelas famílias selecionadas em 1979, pelo Projeto. A experiência serviu como excelente oportunidade para reconhecimento do Projeto como um todo, favorecendo assim, os estudos preliminares para esta pesquisa. Assim, foi possível a aplicação

dos questionários na Agrovila Rio de Janeiro, selecionada aleatoriamente entre as três, que receberam as famílias remanejadas da zona rural de São Rafael.

Os questionários aí aplicados constaram de questões relativas a:

- Características da população: ocupação anterior e atual, nível de instrução, componentes da família.
- Condições de infra-estrutura oferecidas pelo Projeto: trabalho, condições de vida, aspectos comunitários.
- Grau de satisfação em relação ao novo local de moradia: vantagens e desvantagens, como se vive no local, desejo de permanência.
- Aspectos da situação anterior: bens que possuíam, como considerou a indenização, análise da situação anterior em relação à atual.

b) Dados secundários

Todas as informações adquiridas por intermédio dos Órgãos Oficiais foram extraídas de dados censitários, mapas, artigos e relatórios sobre o Projeto Baixo-Açu. Assim, manteve-se contacto com os seguintes Órgãos Oficiais para a elaboração des

te trabalho monográfico: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, Engenharia de Projetos Ltda - HIDROSERVICE, Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário - CIDA, Secretariado dos Meios de Comunicação Social da Arquidiocese de Natal, Biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

## 3 - ANÁLISE DOS RESULTADOS

## 3.1 - A POPULAÇÃO RURAL DE SÃO RAFAEL

3.1.1 - Características dos moradores:

A população rural de São Rafael, contactada para esta pesquisa, é natural do município, em que reside desde que nasceu, apresentando assim, um tempo bastante significativo de moradia e consequentemente de apego ao local.

Feita uma distribuição por faixa etária, verificou-se uma predominância acentuada dessa população na faixa de 40 a 59 anos, correspondendo a 57%. Na faixa de 60 a 70 ou mais encontram-se cerca de 26%. Na menor faixa que corresponde de 20 a 29 encontram-se apenas 6,7%. (Tabela 1).

TABELA I

POPULAÇÃO RURAL ENTREVISTADA, MUNICÍPIO DE SÃO RAFAEL  
FAIXA ETÁRIA  
OUT/1981

População	FAIXA ETÁRIA					
	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70-79
Número de hab.	2	3	8	9	3	5
%	6,7	10,0	26,6	30,0	10,0	16,7

Fonte: PESQUISA DE CAMPO

Mediante a coleta destes dados que comprovam a predominância de pessoas idosas na área, é de se esperar que a idéia de mudança seja recebida com bastante conflito e temor por essa população ali tão enraizada.

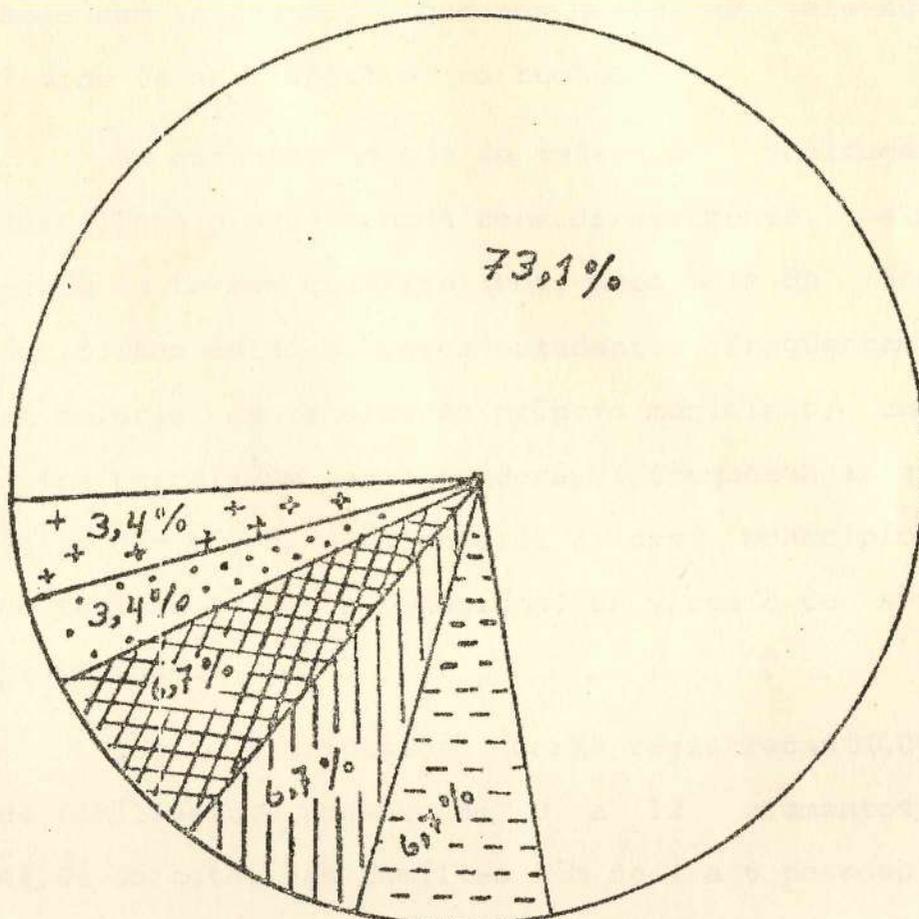
A distribuição da população segundo sua condição de ocupação na propriedade, comprova que cerca de 73% das pessoas consultadas são proprietárias. Um fato a ser ressaltado é que todos são pequenos proprietários e possuem propriedades inferiores ao módulo rural. Numa parcela menos significativa cerca de 6,7% são meeiros verificando-se a mesma taxa para os diaristas (trabalhador a vulso), como também para os que trabalham com os pais. Com menor incidência encontra-se a condição de morador e de terça, 3,4%. (Gráfico I).

Sendo esta população predominante possuidora de terra, ainda que pequena, é bastante compreensível o fato da mesma encarar a desapropriação como uma maneira arbitrária de tirar o que lhe pertence, para em seguida, como nos mostra GRAZIA NO DA SILVA, expulsá-la de sua terra, abandonando-a ao desconhecido que, certamente leva-la-á à emigração em massa para novos lugares (centros urbanos), na busca duvidosa de uma outra maneira de garantir a própria sobrevivência.

No tocante ao grau de instrução, verificou-

GRÁFICO I

POPULAÇÃO RURAL ENTREVISTADA, MUNICÍPIO DE SÃO RAFAEL  
CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO NA PROPRIEDADE  
OUT/1981



-  Proprietário
-  Meeiro
-  Diarista
-  Trabalha com os pais
-  Morador
-  Terça

Fonte: PESQUISA DE CAMPO

se que apenas 3,3% das pessoas consultadas são portadoras do curso primário completo, 6,7 possuem o primário completo, o restante que representa quase a totalidade, corresponde a 90% são pessoas sem instrução, o que nos mostra um elevado índice de analfabetismo na região.

No entanto, no que se refere à instrução dos filhos o quadro muda consideravelmente, pelo menos em termos quantitativos, pois mais de 50% dos filhos estudam. Estes estudantes freqüentam, na maioria, as escolas do próprio município; uma outra parcela um tanto ponderável frequenta as escolas dos sítios e em seguida as dos municípios de Santana do Matos e Angicos, em virtude de sua proximidade.

Quanto à composição, foram registradas 10,0% de famílias que possuem de 10 a 12 elementos, 46,0% do total das famílias têm de 4 a 6 pessoas. A seguir vêm as famílias compostas de 7 a 9 elementos. E finalmente as famílias que se compõem de 1 a 3 pessoas correspondendo a 20,%.

A família, de uma maneira geral, pode ser considerada como sendo nuclear, compondo-se basicamente de pais e filhos, ainda que exista um número razoável de noras e netos do chefe de família residindo juntos. As propriedades são exploradas quase que exclusivamente pela força do traba

lho familiar, o que reforça a afirmação de que quase a totalidade dos filhos que trabalham, está ligada à agricultura e restritamente na propriedade do pai, e às vezes em uma ocupação secundária (assalariado temporário, parceiro, meheiro), como um meio de complementar a renda.

### 3.1.2 - Grau de satisfação quanto ao local de moradia

Entre as pessoas consultadas, 73,0% afirmam "viver regular" na localidade onde residem. As razões apresentadas estão centradas no fato de que trabalham no que é seu, têm o que comer e onde morar, e estão acostumadas com a região. Salienta-se aqui o número significativo de pessoas que consideram de vital importância o fato de trabalharem em terras próprias. Entre aqueles que responderam "viver bem", mencionaram a adaptação e apego à localidade, tendo em vista a afinidade com os parentes e vizinhos. Os que demonstraram "viver mal", correspondem a 10,0%, citaram a falta de trabalho, baixa renda, família numerosa, enfim, as condições de vida de um modo geral, como elementos que provocam essa situação desfavorável.

Seguindo a linha de orientação proposta para a análise do grau de satisfação dos moradores da

área 76,6% afirmaram ter dificuldades, sobretudo no trabalho. Tais dificuldades apresentadas, prendem-se à baixa produção, à seca, à baixa remuneração e à falta de oportunidade de emprego, esta última com menor destaque. (Tabela II).

TABELA II

POPULAÇÃO RURAL ENTREVISTADA, MUNICÍPIO DE SÃO RAFAEL  
DIFICULDADES ENCONTRADAS NO TRABALHO  
OUT/1981

Dificuldades	T R A B A L H O			
	Baixa produção	Seca	Baixa renda	Falta trabalho
Número de hab.	12	12	5	1
%	40,0	40,0	15,7	3,3

Fonte: PESQUISA DE CAMPO

Percebe-se então o quanto os pequenos agri cultores estão excluídos dos interesses do atual modelo econômico, haja vista os bancos não lhes da rem crédito, forçando-os, desta forma, a continua rem cultivando a terra de maneira rudimentar, sem a mínima orientação técnica, o que conseqüentemen te provoca os baixos índices de produção que, por sua vez, força-os a venderem sua força de trabalho,

durante algumas épocas do ano, como meio de garantir o próprio sustento.

No setor da educação o aspecto mais mencionado foi o da distância às escolas, como também a falta das mesmas, indicando com isso a necessidade de se construirem mais estabelecimentos escolares, dentro de raios razoáveis de distâncias.

Quanto à habitação, o problema relatado com mais freqüência está ligado à qualidade da mesma, refletindo assim, a necessidade de melhores condições de habitabilidade, que vão desde as dimensões da casa até à falta de infra-estrutura básica (eletricidade, água encanada, instalações sanitárias).

No que se refere às condições gerais de vida, que afetam à comunidade, o item de maior relevância foi a falta de assistência médica, em seguida se fez referência a ausência de recursos sociais.

Ressalta-se ainda, os motivos que levam os entrevistados a continuarem na área desapropriada, tendo em vista, uma mudança de caráter inevitável. A maioria, que representa 33,4%, apontou como motivo, o fato de ainda continuarem trabalhando e que só vão sair mesmo quando a área for inundada. Outra parte representada por 16,7% não quer sair, e outra não recebeu indenização. Outros motivos citados correspondendo concomitantemente ao percentual de 6,6% referem-se a não ter para onde ir, à falta

de título da posse da terra, à espera que a nova cidade seja construída, e a sua propriedade não ser atingida pela barragem. Outra parcela, em menor proporção, fez a colocação de que não tem condições de sair, e uma outra de igual percentual 3,4% citou já estar morando nas novas casas que foram construídas para os aposentados. (Tabela III).

TABELA III

POPULAÇÃO RURAL ENTREVISTADA, MUNICÍPIO DE SÃO RAFAEL  
 MOTIVOS QUE JUSTIFICAM A PERMANÊNCIA NA ÁREA JÁ DESA  
 PROPRIADA  
 OUT/1981

MOTIVOS	%
Continuam trabalhando	33,4
Não querem sair	16,7
Não receberam indenização	16,7
Não têm para onde ir	6,6
Falta o título de posse da terra	6,6
Esperam a construção da nova cidade	6,6
A propriedade não será atingida pela barragem	6,6
Não têm condições de sair	3,4
Já moram nas novas casas (aposentados)	3,4
TOTAL	100,0

Fonte: PESQUISA DE CAMPO

### 3.1.3 - Expectativa face à mudança

No que se refere à expectativa face à mudança, manifestada pelos entrevistados, evidenciou-se que uma grande parcela afirmou não ter informação alguma sobre as obras que estão sendo feitas na região do vale do Baixo-Áçu. Revelaram um desconhecimento total a respeito destas obras programadas para a área. A esse contingente se acrescentam os elementos que, embora tenham ouvido falar da construção da Barragem e mesmo da construção de uma nova cidade, não têm um fundamento concreto e preciso.

Há, também, uma certa parcela da população cuja opinião, positiva ou negativa, em relação à Barragem, baseia-se igualmente em informações difusas e contraditórias. Entre estas podemos destacar algumas opiniões: "serviço bem feito", "vai beneficiar porque tem muita água", "terminam no final do ano", "acabou com os pobres", "dá prejuízo ao povo", "vai tirar todo mundo do seu lar".

É preciso salientar, contudo, que todos os chefes de família afirmam desconhecer qualquer projeto de colonização, como também, projeto de irrigação.

Mediante o fato do alto índice de analfabetismo, verificado anteriormente, é compreensível - se bem que não justificável, - o total desconhecimento

mento desses indivíduos sobre as obras que os atinge diretamente, uma vez que os implantadores das mesmas não discutiram, nem por meio do diálogo direto e aberto com os envolvidos, nem através dos veículos de comunicação. Assim, esse Projeto assumiu um caráter de imposição, passando por cima dos aspectos metodológicos de planejamento que ANDRADE apresenta como primordiais, que vão desde o "estabelecimento de um diagnóstico" até o engajamento da população já conscientizada.

Indagados face à determinadas opções quanto ao local preferencial de mudança, grande parte dos elementos não foi capaz de traduzir suas aspirações, afirmando estarem "sem destino", colocando como fator principal o fato de que nasceram no município, onde sempre residiram e jamais viveram um processo migratório. Regorçando esta colocação, vale salientar que é muito frequente entre as pessoas consultadas pronunciamentos como este: "nasci e me criei aqui, e aqui quero morrer", "nunca me mudei, não sei como é isso". Aqui nos encontramos diante de um fenômeno incomum, pois o nordestino, através da história, tornou-se conhecido como um povo que, devido às constantes secas, costuma emigrar facilmente para os grandes centros urbanos ou para outras terras, em regiões menos áridas do país. Isso denota apego e amor à terra, pois mesmo

diante de todas as dificuldades e secas enfrenta das, sempre permanece em suas terras.

Outro aspecto destacado foi o de que, o dinheiro das indenizações foi considerado irrisório, não favorecendo assim, condições para se efetuar uma mudança. Por outro lado, há os que citaram o problema da idade, por já se encontrarem com idade "avançada", não tendo mais condições de trabalhar em outros locais, a não ser na sua terra e afirmam: "quem trabalha na agricultura só está bem na sua terra".

Uma porção razoável afirmou preferir morar na nova cidade. Outra parcela optou em continuar nos limites da área do Projeto ou seja "faixa seca". Um pequeno número citou as cidades de: Natal, Angicos, Macaíba e Açu. Os motivos colocados para esta escolha, estão ligados à existência de parentes, como também já terem conhecimento desses locais.

Diante dos elementos que permitiram configurar a expectativa face à mudança, constatou-se um grande número de pessoas que não têm uma opinião formada a respeito do local para onde gostaria de se mudar, tendo em vista a ausência de informações precisas e concretas, que permitissem à população uma escolha melhor fundamentada e, portanto, mais definida.

Finalmente, mediante toda essa problemática levantada e analisada, constatou-se a comprovação da primeira hipótese de que a situação da população rural que permanece na área é de expectativa, intranquilidade e indecisão, uma vez que os indivíduos atingidos por um Projeto de cunho impopular e arbitrário não têm nenhuma informação sobre o mesmo, não só pelo fato de não saberem ainda para onde ir, mas sobretudo por não terem sido ainda indenizados. Quanto à indecisão é a dos que já receberam a indenização - por considerá-la irrisória ou pelo motivo de serem pessoas profundamente enraizadas e apegadas àquele lugar.

### 3.2 - POPULAÇÃO RURAL DESLOCADA PARA A SERRA DO MEL

#### 3.2.1 - Características da população:

A população entrevistada na agrovila Rio de Janeiro, é constituída de famílias cujos membros variam de 1 a 12. Segundo as informações 60,0% são compostas de 4 a 6 pessoas, 20% são formadas por 1 a 3 membros, 10% constituídas de 7 a 9 e 10% de 10 a 12. (Tabela IV).

TABELA IV

POPULAÇÃO RURAL ENTREVISTADA, AGROVILA RIO DE JANEIRO -  
SERRA DO MEL.

NÚMERO DE PESSOAS POR FAMÍLIA

NOV/1981

Nº de pessoas	1 a 3	4 a 6	7 a 9	10 a 12
Nº de famílias	6	18	3	3
%	20,6	50,0	10,0	10,0

Fonte: PÊSQUISA DE CAMPO

O nível de instrução é baixíssimo; comprovou-se que 83,4% dos entrevistados são inteiramente analfabetos, 10% têm o primário incompleto e apenas 6,6% frequentaram por algum tempo o Mobral.

A ocupação anterior desenvolvida, na zona rural de São Rafael, revela que grande parte era constituída de meeiros, correspondendo a um percentual de 33,3%. Uma outra parcela significativa era formada por diaristas, 23,3%. Em seguida, moradores e que trabalhavam com os pais, formaram um percentual de 20%. Os empregados e os que trabalhavam de terça representaram 6,6% cada um. Por último, os proprietários, vaqueiros e carpinteiros, correspon

dendo separadamente a uma parcela ínfima de 3,4%.

No tocante aos bens conduzidos do local onde residiam, a maioria não levou quase nada, apenas uma pequena parcela preservou alguma coisa, como por exemplo: uma vaca, uma carroça, bicicleta, rádio, alguns móveis etc. Outros ainda tiveram que vender, antes da mudança, alguns bichos que criavam, por terem sido erroneamente informados de que era proibido criá-los na nova morada. Acredita-se que essa informação foi dada com a finalidade de facilitar o trabalho relativo à mudança dessas famílias, haja vista que conduzir animais num processo dessa ordem, além de requerer certos cuidados e despesas, seria muito mais complicado.

### 3.2.2 - Condições de infra-estrutura oferecidas à população pelo Projeto:

Face à compreensão de que a migração não significa apenas o deslocamento físico de uma região para outra, e levando-se em consideração as intenções do Projeto no que se refere à infra-estrutura básica oferecida às famílias selecionadas, procurou-se verificar as possibilidades de fixação com que conta este contingente populacional, deslocado da zona rural de São Rafael a partir de fevereiro

reiro deste ano.

Com relação ao trabalho foi entregue a cada família um lote rural de 50 ha, cada um, sendo 15 ha de cajueiro em produção e mais 10 ha desmatados para a exploração pecuária e de culturas de subsistência. Entretanto, o Projeto não oferece condições para que se possa trabalhar, uma vez que o financiamento é muito restrito, e quando se consegue algum empréstimo, através da cooperativa do Projeto geralmente só chega atrasado, prejudicando todas as etapas do cultivo, desde a preparação do solo até a colheita, o que provoca a baixa produção. Entre os entrevistados este tipo de problema foi bastante evidenciado.

Como o inverno não vem favorecendo a produção do cajú, nem de outras culturas de subsistência, os entrevistados afirmam ter havido este ano, pouquíssima produção, estando estas famílias sobrevivendo somente com a emergência, salvo alguns que conseguem mais uma renda trabalhando como diaristas em outros locais, próximos ao Projeto, ou em outras atividades como a de carpinteiro, pedreiro, carvoeiro e etc.

Como diz GRAZIANO DA SILVA, os minifundistas são obrigados, pelas circunstâncias, a se assalariarem por algum tempo em determinadas épocas do ano, porque os seus meios de produção são precá-

rios insuficientes portanto para garantirem sua subsistência.

Por outro lado, essas famílias passaram a contar com a emergência que, além de ser irrisória - marido e mulher recebem apenas cr\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos cruzeiros) mensais, - tem contribuído no sentido de mascarar os problemas reais que atingem essa população, provocando na mesma um crônico processo de alienação que se reflete claramente na maneira preguiçosa de como ela se acomoda a essa condição de "beneficiada". Está bastante claro que há por trás de tudo isso premeditados interesses, tais como evitar que esses agricultores se organizem sindicalmente para lutarem por melhores condições de vida, obter a longo prazo mão-de-obra submissa e barata, sendo também uma maneira subjetiva de angariar votos na época das eleições.

O padrão habitacional, entre outros que identificam o nível de vida, é o único que satisfaz às famílias consultadas, uma vez que as casas de alvenaria em que se instalaram são em qualidade, superiores aos velhos casebres de taipa onde grande parte dessa população habitava antes da mudança.

Quanto aos recursos médicos, estes apresentam um baixo nível de qualidade, não atendendo às necessidades locais. Muitas vezes, têm que se deslocar para Mossoró, quando se trata de casos mais

graves o que sai bastante caro, pois são obrigados a alugar uma ambulância. Ademais, o posto médico do Projeto se localiza na agrovila central, ficando a alguns quilômetros de distância do local em que essa população foi assentada.

O nível de ensino é, igualmente, precário, isto se deve, em especial, à qualificação do corpo docente e às precárias condições dos equipamentos escolares.

Não há energia elétrica, existe apenas o uso de lampião e lamparina. Um dado significativo que evidencia o maior problema vivenciado pelos entrevistados, é a falta d'água. O abastecimento considerado insuficiente até mesmo para o consumo diário, é feito através de carinhão. Cada família tem direito a um barril d'água, sendo muitas vezes, forçada a passar com esta quantidade até oito dias, obrigando-as a se deslocarem a outras agrovilas (distância de 5 Km) para tomarem banho.

Houve uma época em que o governo destacava que o Estado não tinha condições financeiras para resolver o problema da falta d'água que aflige a população da Serra do Mel. Ora, se realmente o Estado não tem verbas para um empreendimento desse porte, não seria mais vantajoso para a população o governo utilizar dinheiro da emergência na perfuração de poços? A coisa ficou ainda mais compli

cada e sem explicação quando, a algum tempo atrás, a PETROBRÁS perfurou em Serra do Mel um poço à procura de petróleo e encontrou, ao invés disto, uma fonte d'água. Apesar desta empresa só está interessada em petróleo, mesmo assim ela consultou o governo a possibilidade de aproveitar a referida descoberta para solucionar a problemática (água) que tanto atormenta os colonos, contudo, inexplicavelmente, o governo se manteve indiferente e a PETROBRÁS teve que fechar o poço, usando para esse fim setecentos sacos de cimento. Assim, a população continua até hoje enfrentando a precariedade inadimissível do abastecimento d'água.

Em relação aos aspectos comunitários, verificou-se uma consolidação dos laços da comunidade, havendo contatos frequentes e união entre os moradores. Não foi constatado recursos de lazer. Dos meios de comunicação só contam com o rádio.

### 3.2.3 - A situação atual comparada com a de São Rafael

Foi verificado, principalmente, as vantagens e desvantagens em relação a situação anterior (São Rafael).

No tocante às vantagens, a maioria, represen

tada por mais de 43%, respondeu não existir nenhuma. Outros concluíram: "uma coisa pela outra". Entre os que apontaram vantagens, citaram o motivo de terem terra e casa para morar. Outros ainda afirmaram não poder avaliar, dado o pouco tempo de permanência no local.

No que diz respeito às desvantagens, foram relatadas em primeiro plano, a água, e colocaram ainda que, lá onde moravam tinha o rio. Outra desvantagem que foi bastante repetida entre os entrevistados foi a de que não se pode criar os bichos soltos, caçar, pescar e não existe a cultura de vazante, atividades consideradas como uma maneira de complementar e ajudar a manter a sobrevivência. E, principalmente, estas desvantagens: a falta de dinheiro, uma vez que o financiamento só sai atrasado, a inexistência de um órgão para ajudá-los, a falta de trabalho e a baixa produção.

Entre as pessoas consultadas, 63,3% afirmaram "viver regular", as razões que justificam essa opinião refere-se ao fato de que "sair daqui será pior", "existe lugar pior que esse", "com inverno não há aperto", "não tem condições de trabalho", "trabalha menos". Entre aqueles que responderam "viver mal" que corresponde a 30%, é significativo o número de pessoas que mencionam as condições de vida como fator determinante de situação e rela

tam: "aqui não se pega em dinheiro", "tudo se compra fiado, e quando recebe o dinheiro não dá nem para pagar", "é mais fácil o pobre viver em São Rafael", "vim à força, nasci e me criei lá". Aos que confirmaram "viver bem" 6,7%, mencionaram terem pelo menos a emergência, como também, o bom relacionamento e afinidade entre os moradores.

Constatou-se que 60% dos entrevistados, pretendiam permanecer na referida área, justificando essa opinião com o fato de não terem para onde ir e estarem no que "é seu". Este fato nos mostra a triste realidade do trabalhador rural, encontrando-se os mesmos sem opção, onde diante de toda uma situação desfavorável pretendem permanecer, pois segundo os entrevistados, sair seria pior. Entre os que não pretendem ficar, apresentaram como justificativa, as baixas condições de vida oferecidas, pois o que foi prometido antes de se deslocarem não foi cumprido. Há ainda, os que só poderão se definir depois de dois ou quatro anos, dependendo da melhoria das condições de trabalho e de conseguirem financiamento a contento. Entre os entrevistados que pretendem sair, grande parte optou em voltar para São Rafael, que é o seu lugar de origem e possui água. Outros lugares citados como favoritos a futuras moradias seriam: Augusto Severo e Brejo do Cruz.

Foi verificado, também, os bens que possuíam antes, 36,6% afirmaram não possuir nada, 26,6% possuíam animais, 23,4% tinham casa própria no sítio, 10% tinham casa no sítio e alguns animais, e em uma parcela menor 3,4% representando os que possuíam propriedade, casa e animais. (Tabela V)

TABELA V

POPULAÇÃO RURAL ENTREVISTADA, AGROVILA RIO DE JANEIRO -  
SERRA DO MEL.  
BENS QUE POSSUÍAM ANTES DA MUDANÇA  
NOV/1981 .

B E N S	%
Nada	36,6
Animais	26,6
Casa no sítio	23,4
Casa e animais no sítio	10,0
Propriedade, casa e animais	3,4
T O T A L	100,0

Fonte: PESQUISA DE CAMPO

Como está constatado na tabela, essa população, em sua predominância, antes da mudança para a Serra do Mel, não possuía nada. Agora possui terra e casa, mas não lhes foi oferecido condições para desenvolver sua capacidade de trabalho, para cultivar a própria terra. Dessa feita, passaram a depender da emergência para poder sobreviver, o que os condena a um tipo de vida improdutivo.

Entre os entrevistados ficou bastante evidenciado o fato de que a indenização procedeu-se de maneira a não corresponder com o valor que eles esperavam receber por seus imóveis, haja vista somente 20% dessa população tê-la considerado "boa ou regular", enquanto na opinião de 80% foi taxada de "injustiça e precária".

Considerando as condições aferidas pelo Projeto nestes nove meses de moradia da Serra do Mel, chegou-se à conclusão de que os problemas de infraestrutura não forem solucionados, assim, essa população não terá meios de suportá-los por muito tempo e acabará por abandonar a localidade, levando, desse modo, à comprovação da hipótese levantada inicialmente, sobre as dificuldades dessa população permanecer na área.

4 - CONCLUSÃO

Tomando por base os resultados obtidos deste estudo, chegou-se a várias conclusões, acerca da problemática que atinge diretamente centenas de habitantes da zona rural de São Rafael.

Constatou-se que, atualmente a situação tornou-se ainda mais alarmante, uma vez que, a população continua carente de informações, tanto sobre a situação atual quanto à futura. O clima é de apreensão, dúvida e medo, pois, se por um lado não têm nenhuma experiência migratória, por outro, a grande maioria é composta de pessoas com idade bastante avançada, que se acham sem condições de exercerem outras atividades além das aprendidas. Mesmo aqueles que já receberam a indenização continuam na área sem a mínima idéia do que fazer. Isso denota, claramente, a falta de participação da população, fator fundamental para qualquer empreendimento dessa natureza, mas que não foi levado em consideração pela tecnocracia que só considerou os interesses econômicos de uma minoria capitalista que insiste em passar por cima das dimensões sociais e humanas, daquela gente.

É preciso criar um mecanismo de defesa dos pequenos proprietários, ou pelo menos de apoio, para que tudo seja feito em favor da participação, de diálogos mais seguros e concretos. Do contrário esses donos de terra ficarão entregues aos olhos dos técnicos, preocupa

dos apenas com os projetos, deixando o homem como sempre, como o último item das prioridades.

Quanto ao que diz respeito à população deslocada para as agrovilas da Serra do Mel, as circunstâncias não são menos graves. Ali, observou-se um clima unânime de descontentamento e decepção, dado aos múltiplos problemas de infra-estrutura encontrados naquele local; entre tantos outros, destacou-se a precariedade do abastecimento d'água; da educação e, o que é ainda mais sério, visto que prioritário o atendimento médico bastante deficiente, não respondendo às necessidades locais. Em outras palavras, os colonos vivenciam, decepcionados e impotentes, as conseqüências desagradáveis provocadas pelo não cumprimento do que lhes fora prometido.

Vale ressaltar, que esses colonos continuam, como antes, dependendo das condições naturais para produzirem o próprio sustento. Quando não há inverno, a produção do caju, sua cultura básica, é radicalmente afetada, ficando eles inteiramente dependentes do dinheiro da emergência, considerado irrisório. Essa contradição mostra claramente que os Projetos de Colonização não cumprem com os objetivos a que se propõem, deixando esses agricultores à mercê das condições climáticas de uma região desfavorável e acrescentando aos seus problemas corriqueiros inúmeros outros.

Para se ter uma idéia da pobreza a que esses camponeses foram reduzidos, basta salientar que, embora

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - ANDRADE, M.C. de. Os desníveis de desenvolvimento regional e a política de "aménagement du territoire". In: - Espaço, polarização e desenvolvimento. 4. ed. São Paulo, Grijalbo, 1977. p. 49-53.
- 2 - A ANGÚSTIA predomina no vale do Açu. Tribuna do Norte, Natal, 20 fev. 1979.
- 3 - BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Elaboração de estudos com vistas ao remanejamento das populações e infra-estruturas localizadas na área inundável do reservatório Engº Armando Ribeiro Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Norte. (Resumo dos trabalhos realizados). Recife, HIDROSERVICE, 1979.
- 4 - \_\_\_\_\_. Estudos de controle dos impactos ambientais e de aproveitamento múltiplo do reservatório Engº Armando Ribeiro Gonçalves. Recife, HIDROSERVICE, 1979. v. 6; 9.
- 5 - FACÓ, Rui. Males do monopólio da terra. In: - Cangaueiros e fanáticos. 5. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 7-20.
- 6 - FERREIRA, Jurandyr Pires - org. Enciclopédia dos Municípios brasileiros. Rio de Janeiro, IBGE, 1960. p.

a maioria reconheça que anteriormente viviam em condi-  
ções mais favoráveis, eles preferem permanecer na área,  
por não dispor das mínimas condições indispensáveis para  
que pudessem empreender uma mudança para outros lugares  
com melhores oportunidades de subsistência.

156-7.

- 7 - GRAZIANO DA SILVA, José. O que é questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1980. 109 p.
- 8 - HUBERMAN, Leo. De onde vem o dinheiro? In: - História da riqueza do homem. 13. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. p. 167-82
- 9 - NA ASSEMBLÉIA da igreja, os impasses de um projeto. Tribuna do Norte, Natal, 20 fev. 1979.
- 10- O PROJETO não prevê providências para fixação e garantias aos desapropriados. Tribuna do Norte, Natal, 6 abr. 1979.
- 11- PROJETO Baixo-Açu. Tribuna do Norte, Natal, 6 jan. 1979.
- 12- RIO GRANDE DO NORTE. CIMPARN. Projeto de vilas rurais e desenvolvimento da cultura do cajá. Natal, 1972.
- 13- SÃO RAFAEL não desperta mais de sua lenta agonia. Diário de Natal, Natal, 7 abr. 1979.
- 14- SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO. X recenseamento geral do Brasil, 1980. IBGE. v.1, n.9, 1981.

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA (SÃO RAFAEL)

ASSUNTO: A POPULAÇÃO RURAL DE SÃO RAFAEL E O PROJETO BAIXO-  
AÇU . . .

FINALIDADE: Monografia para conclusão do curso de graduação  
em geografia, bacharelado.

ALUNA: Maria Rosimar da Costa

1 - IDENTIFICAÇÃO DOS MORADORES:

1.1 - Há quantos anos o senhor mora aqui? \_\_\_\_\_

1.2 - Condição de ocupação na propriedade:

- proprietário
- posseiro
- meeiro
- empregado
- arrendatário
- morador
- administrador
- outro \_\_\_\_\_

1.3 - Grau de instrução:

- sem instrução
- primário incompleto
- primário completo
- secundário
- outro \_\_\_\_\_

1.4 - Total de moradores da casa: \_\_\_\_\_

- pai
- mãe

- filhos
- outros \_\_\_\_\_

1.5 - Seus filhos estudam?

- sim
- não
- Onde?
- São Rafael
- outro \_\_\_\_\_

1.6 - Seus filhos trabalham?

- sim
- não
- Onde?

2 - GRAU DE SATISFAÇÃO COM O LOCAL DE MORADIA:

2.1 - Na sua opinião como se vive aqui?

- bem
- regular
- mal
- Por que? \_\_\_\_\_

2.2 - O senhor acha que aqui tem dificuldades para viver?

- sim
- não

2.3 - Quais? Especificar as razões:

- trabalho \_\_\_\_\_
- na educação
- na habitação
- em outros \_\_\_\_\_

3 - EXPECTATIVA FACE À MUDANÇA:

3.1 - O que o senhor sabe das obras que estão sendo fei

tas nesta área? \_\_\_\_\_

3.2 - Tendo em vista a necessidade de andar-se, para onde o senhor pretende ir? \_\_\_\_\_

Por que? \_\_\_\_\_

3.3 - O senhor acha que saindo daqui pode melhorar de situação?

sim, como? \_\_\_\_\_

não, por que? \_\_\_\_\_

3.4 - Por que o senhor ainda continua aqui?

falta de título da terra

ainda não recebeu indenização

não quer sair

falta de documentos

outro \_\_\_\_\_

3.5 - O senhor conhece ou já ouviu falar em algum:

Projeto de colonização

sim

não

Projeto de irrigação

sim

não

3.6 - O senhor acha que as pessoas que moram nos projetos (mencionados no item 3.5) estão vivendo, em relação ao senhor em condições:

melhores

piores

semelhantes

Por que? \_\_\_\_\_

3.7 - Quando e como o senhor tomou conhecimento do Decreto desapropriação? \_\_\_\_\_



QUESTIONÁRIO DA PESQUISA (SERRA DO MEL)

ASSUNTO: A POPULAÇÃO RURAL DE SÃO RAFAEL E O PROJETO BAI  
XO-AÇU

FINALIDADE: Monografia para conclusão do curso de graduação  
em geografia, bacharelado.

ALUNA: Maria Rosimar da Costa

1 - CARACTERÍSTICAS DOS MORADORES:

1.1 - Ocupação anterior na propriedade:

- proprietário
- empregado
- arrendatário
- meeiro
- morador
- administrador
- outro \_\_\_\_\_

1.2 - Ocupação atual: \_\_\_\_\_

1.3 - Nível de instrução:

- sem instrução
- primário incompleto
- primário completo
- secundário
- outro \_\_\_\_\_

1.4 - Total de moradores da casa: \_\_\_\_\_

2 - CONDIÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA PREFERECIDAS PELO PROJETO:

ANEXO II

2.1 - Trabalho:

- terra para trabalhar
- crédito
- assistência técnica
- emergência
- sementes
- instrumentos de trabalho
- outros \_\_\_\_\_

2.2 - Condições de vida:

- habitação
- recursos médicos
- escolas
- alimentação
- luz
- água
- outros \_\_\_\_\_

2.3 - Aspectos comunitários

- intercâmbio (união) entre os moradores da localidade
- associação, cooperativa
- recursos de lazer
- igrejas
- meios de comunicação: rádio, jornal, revista, televisão
- liderança
- outros \_\_\_\_\_

3 - GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO NOVO LOCAL DE MORADIA:

3.1 - Em relação a sua situação anterior (São Rafael):

Quais as vantagens aqui? \_\_\_\_\_

E as desvantagens?

\_\_\_\_\_

3.2 - Na sua opinião como se vive aqui?

- bem
- regular
- mal

Por que? \_\_\_\_\_

3.3 - Pretende permanecer aqui?

- sim
- não

Por que? \_\_\_\_\_

3.4 - No caso de pretender sair, para onde desejaria ir?

\_\_\_\_\_

Por que? \_\_\_\_\_

4 - ASPECTOS DA SITUAÇÃO ANTERIOR:

4.1 - O que o senhor possuía antes de vir para a Serra do Mel?

- propriedade
- casa própria
- comércio
- automóvel
- animais
- televisão
- outros \_\_\_\_\_

4.2 - Recebeu indenização?

- sim
- não

4.3 - No caso de sim, o que o senhor achou?

- boa
- regular
- precária

4.4 - Acha que vivia melhor antes?

- sim
- não

Por que? \_\_\_\_\_



